

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

KATTIUSCE CÂNDIDO E SILVA

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO CURSO DE
EDIFICAÇÕES NO CEFET – UNED JATAÍ**

Proposta do MEC X Realidade Institucional

Monografia apresentado ao curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás em parceria com a Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Especialista em Proeja.

Orientador: Profº. Dr. João Ferreira Oliveira.

JATAÍ/GOIÁS
AGOSTO/2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	8
1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS, CONCEPÇÕES E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO.	8
1.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EJA E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	8
1.1.1 Uma Breve História	8
1.1.2 Educação Popular no Brasil	11
1.1.3 Formação do Trabalhador	12
1.1.4 Movimentos Sociais, Trabalho e Educação	14
1.1.5 O Terceiro Setor	15
1.1.6 Educação e Trabalho	17
1.1.7 Educação Profissional	19
CAPÍTULO II	21
2 O PROEJA EM JATAÍ: A EXPERIÊNCIA DO CEFET/ UNIDADE DE JATAÍ	21
2.1 A IMPLANTAÇÃO DA EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONCEPÇÕES E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO	21
2.1.1 Histórico Geral	21
2.1.2 A implantação da EJA integrada a educação profissional na Unidade de Jataí	22
2.2 O PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES NA MODALIDADE PROEJA	23
2.2.1 O Processo Seletivo	23
2.2.2 O Perfil dos Alunos	23
2.3 OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROEJA	26
2.3.1 Perfil	26
2.4 IMPACTO DO PROEJA NA UNIDADE DE JATAÍ E AS MUDANÇAS NO CURSO DE EDIFICAÇÕES	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	31

RESUMO

Este trabalho explicita como se deu o processo de implantação do Curso Técnico em Edificações, na modalidade PROEJA no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – Unidade Jataí, identificando suas características e as implicações que se manifestaram dentro da instituição. Para essa análise considerou-se a construção histórica da EJA, a evolução dessa modalidade desde o descobrimento até os dias atuais e o Decreto 5.840 o qual implantou o PROEJA. O estudo evidencia as dificuldades e os desafios que o curso enfrentou e enfrenta até hoje na visão dos alunos e dos professores que estão diretamente ligados a área.

PALAVRAS-CHAVE

Curso Técnico; PROEJA; Decreto 5.840.

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil sempre foi um meio utilizado pela classe dominante para manter a dominação sobre o proletariado. Na maioria das vezes essa educação, principalmente de ensino médio, é somente para preparação de alunos para o ensino superior, sem levar em conta a necessidade das classes menos favorecidas. É nesse ensino médio que observamos uma formação intelectual, com visão na formação individual de cidadão, sempre levando em conta os interesses dos dominantes em detrimento das camadas trabalhadoras da sociedade; com isso, produziu-se uma educação básica de qualidade somente para classes privilegiadas.

Na formação do trabalhador, a educação passa por duas vertentes diferentes e importantes: A primeira é a vertente da profissionalização. A escola, nesse caso, deve preparar esse aluno para o trabalho usando técnicas de que o mercado necessita. A segunda é a vertente da intelectualidade. A escola, nesse caso, deve preparar o aluno para ser uma pessoa crítica e capaz de lutar pelos seus direitos. É difícil ver essas duas vertentes sobre um mesmo ângulo, apesar de as duas juntas e integradas terem o essencial para a formação do cidadão consciente.

Atualmente, em nossa sociedade, ainda encontramos uma divisão de classes muito grande, e ainda há uma grande pressão do mercado sobre a mão-de-obra formada nas escolas. Ainda vemos que na maioria das vezes a mão de obra é preparada somente para executar o trabalho sem questionar o que está fazendo, o porquê daquele trabalho e o porquê da execução do trabalho. Esse tipo de educação, a educação repressora, é ainda o que impulsiona a grande distância entre as classes sociais.

Se tivéssemos uma educação intelectual para toda a população, mesmo na educação profissional, se essa educação fosse voltada para conscientização do papel do cidadão na sociedade, de como ele poderia mudar o rumo de sua vida, ai sim, provavelmente, teríamos um país mais desenvolvido e com maior justiça social. Todavia, temos clareza que a educação não pode ser a única ferramenta para esse processo.

Temos que aprender que a escola é uma instituição que prepara o indivíduo para o trabalho e para a vida social. Isso ainda é difícil porque o próprio Estado não incentiva esse tipo de formação intelectual, pois se conseguíssemos conscientizar a população de sua força e importância na vida social, política e econômica, esse Estado, que conhecemos, provavelmente

não existiria, daí não observamos o interesse e o esforço para uma educação de qualidade social para todos.

Mas apesar de tudo isso, vimos que hoje, a educação está tomando um rumo mais voltado para a maioria da população com incentivo para a formação profissional visando também a formação do indivíduo. É por isso que temos que abandonar certas certezas e repensar outro modelo de escola, porque agora temos que começar a usar a educação para mudar a visão distorcida de valores que vem de casa, da própria família. Aquela visão de que bom pensador é só aquele que tem muito dinheiro e detêm o poder.

É buscando sanar essas diferenças sociais que foi criado o Proeja, o qual passou a ser obrigação dentro da rede federal de educação tecnológica (Escolas Técnicas e Cefet's). Mas essa obrigatoriedade pode causar implantação sem qualidade e preocupação com a real situação dos alunos que virão a ingressar nesses cursos. Integrar o Ensino de EJA com o Ensino Profissional deve ser pensado de forma unitária para não se ter um currículo muito extenso ou mesmo ter um currículo muito enxuto, os quais seriam prejudiciais da mesma forma. Como diz Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005).

Vale observar que as instituições federais, individualmente, salvo algumas poucas exceções, ou como rede, não fizeram qualquer movimento significativo, no sentido de integrar os ensinos médio e técnico. Ademais, com o reconhecimento dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) como instituições de ensino superior, a prioridade tenderá a ser conferida à oferta da educação superior em detrimento do nível médio. Diante disso, a instituição do PROEJA pode ter fundamentos mais corporativos do que ético-políticos, seja para a rede, seja para a Secretaria de Educação Profissional e Técnica (SETEC).

Nesse contexto, o presente trabalho procura explicitar como se deu o processo de implantação do Curso Técnico Integrado em Edificações na Modalidade Proeja, na unidade de Jataí, buscando identificar as suas dificuldades na implantação, sendo que discutiremos nos capítulos que se segue o histórico da EJA no Brasil, a implantação do Proeja no Cefet – GO na unidade de Jataí e suas implicações na instituição. Para isso estudamos os documentos de implantação da primeira turma de Proeja de Edificações, as atas das reuniões de implantação, as várias matrizes curriculares criadas até que fosse escolhida a matriz adotada. Fizemos entrevistas com os alunos, discutimos as várias visões de implantação e a realidade aplicada e observamos no dia a dia da escola como é o funcionamento das atividades nas aulas do curso.

Esse trabalho visa exemplificar, portanto, como foi feita a implantação e como está sendo o desenvolvimento do Curso Técnico Integrado em Edificações na Modalidade Proeja, dado que ainda não houve nenhum aluno formado até o final desse trabalho.

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS, CONCEPÇÕES E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO

O propósito deste capítulo é apresentar e analisar alguns dos elementos históricos, das concepções e das mudanças que ocorreram na EJA e na educação Profissional no Brasil, tendo em vista o entendimento do que representa a implantação da EJA integrada à educação profissional. Buscamos, pois, mostrar que ocorreram mudanças significativas nas concepções e na organização dessas modalidades de educação.

1.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

1.1.1 Breve História

A história da Educação Profissional no Brasil se inicia a partir do Brasil Colônia, no sistema escravocrata, tendo como os primeiros núcleos profissionais os colégios jesuítas, que foram muito importantes para o desenvolvimento inicial da Educação de Jovens e Adultos. Segundo Manfredi (2002, p.68)

os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas oficinas” de formação de artesões e demais ofícios, durante o período colonial.

Já no Império, com a vinda da família real para o Brasil, tivemos iniciativas estatais com a criação de instituições públicas para nível superior e o ensino secundário em pouquíssimos estabelecimentos, somente pra a classe privilegiada.

Então, até o final da década de 1930, a educação profissional era dedicada exclusivamente a atividades artesanais e manufatureiras e, devido ao sistema escravocrata e de grandes latifúndios, a educação formal para a grande maioria da população foi colocada de lado

pelos grandes produtores, até que veio a industrialização que se deparou com adultos analfabetos e com pouca qualificação para o trabalho industrializado.

Assim, a herança que esse sistema escravocrata nos deixou ultrapassa a barreira do analfabetismo. Encontramos também um grande preconceito sobre a classe trabalhadora.

O sistema escravocrata, que sobreviveu por mais de três séculos, deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana. Além de envolver a violência cometida contra os habitantes nativos, impondo-lhes um padrão civilizatório que não era o seu, e de afugentar os trabalhadores livres, o emprego da mão-de-obra escrava para a execução de atividades artesanais e de manufatura acabou criando a representação de que todo e qualquer trabalho que exigisse esforço físico e manual consistiria em um 'trabalho desqualificado' (MANFREDI, 2002, p.71).

Com a queda do prestígio dos latifundiários cafeicultores e com a estruturação do Brasil urbano – industrial, houve a primeira preocupação do Brasil em formar a mão de obra que necessitava de um mínimo de instrução, já sendo evidenciado na constituição 1934. Esta consolida o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva, inclusive aos adultos.

É nesse período que observamos a campanha “ser brasileiro é ser alfabetizado”, já prevendo a alfabetização dos jovens e adultos. Isso se deu pela constatação de que cerca de 55% de toda a população brasileira era analfabeta. (VENTURA, 2001)

Foi nesse período também que houve a primeira tentativa de separação da reprodução escolar entre trabalho manual e intelectual, com a criação dos antigos Liceus e um Instituto no Distrito Federal.

O Ministério da Educação propõe a eliminação das diferenças entre trabalho manual, industrial e agrícola, por meio do Ensino profissional. Nesse período houve um grande embate sobre a responsabilidade de oferecimento desse tipo de modalidade de ensino entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, o qual criou o Senai em 1942, paralelo a Lei Orgânica do Ensino Profissional proposto pelo MEC, que teve grande influência dos sindicatos.

Já no início da década de 1960, com o crescimento industrial do país a EJA passou a ser um instrumento para transformar as massas em mão-de-obra eficientes.

A partir de 61 apareceram projetos e experiências que envolviam a população, como a criação do movimento “cultura popular”, do Movimento da Educação de Base, dirigido pela CNBB com experiências radiofônicas e em Natal a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, todos eles com o objetivo de diminuir o analfabetismo.

Todos esses movimentos, pelo fato de terem assumido um compromisso em favor das classes trabalhadoras rurais e urbanas, e por terem orientado sua ação educativa para uma renovação política, representam uma proposta qualitativamente diferente das campanhas e mobilizações promovidas no início da década de 50, das campanhas e movimentos do pós 1964 e das que existiam em paralelo (VENTURA, 2001, p. 58).

Já na área profissional, no Estado Novo houve a legitimação da separação entre trabalho manual realizado pelos operários e intelectual realizado pelas pessoas com maior qualificação (escolaridade). Isso se deu pela substituição do modelo agro-exportador pelo de industrialização.(VENTURA, 2001)

A criação do MOBRAL e a legitimação do ensino da EJA através da Lei n. 5.692/71, ajudaram no crescimento da Educação de Jovens e Adultos.

De 1964 até meados de 1980, as experiências no âmbito dos movimentos sociais são proibidas e substituídas por iniciativas centralizadas pelo governo federal. Os acordos MEC-USAID encerram a fase dos movimentos de educação e cultura popular. O tecnicismo e o economicismo na educação, principalmente por meio da difusão da Teoria do Capital Humano, serão as marcas das experiências implantadas no período. Num primeiro momento, o governo autoritário substituiu o PNA pela Cruzada da Ação Cristã (Cruzada ABC). Depois, implementou, com muito mais amplitude e raio de ação, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL); o Ensino Supletivo cresceu e ganhou legitimidade (VENTURA, 2001, p. 59).

O regime militar marcou fortemente o campo da educação promovendo mudanças significativas na estruturação da educação escolar.

No âmbito do Sistema escolar como um todo, os governos militares foram protagonistas de um projeto de reforma do ensino fundamental e médio mediante a Lei 5.692/71. Essa lei instituiu a “profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário”, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Pretende-se fazer a opção pela profissionalização universal de 2º grau, transformando o modelo humanístico/científico num científico/tecnológico (MANFREDI, 2002, p.105).

1.1.2 Educação Popular no Brasil

Para entendermos melhor como a educação popular no Brasil vem se estruturando, temos que analisar a formação de nossa sociedade brasileira. A sociedade brasileira é formada por

um conjunto de pessoas, de classes sociais distintas, em que pese, na maioria das vezes, os interesses, os valores e modos de vida semelhantes. Pode parecer uniformizante, essa forma de convívio social contém inúmeras contradições, sobretudo porque as pessoas que compõe essas classes possuem histórias de vida distintas, advindas das classes e das trajetórias sociais, decorrentes das relações sociais de produção.

Na sociedade capitalista essa divisão de classe se dá principalmente por dois grupos, os dominantes e os dominados, os quais possuem interesses contraditórios mas extremamente interligados, e para manter essa sociedade em perfeita harmonia, embora às vezes tenda mais para um lado que para o outro, encontramos o Estado, o qual, constituindo-se como “a expressão da vontade geral” age como regulador das classes, embora tenda quase sempre a beneficiar os detentores dos meios de produção. O Estado, todavia, busca não ser nem só força nem só convencimento, mas um pouco de cada um promovendo assim certo consenso entre as classes. Trata-se de uma função ideológica do estado que usa do seu instrumental para disseminar uma visão de mundo.

A educação nesse contexto pode ter duas vertentes:

a) Pode ser um instrumento de reprodução, onde a classe dominante impõe seu modo de produção e faz com que a educação seja um mero instrumento de repetição de dominação, usando a educação como convencimento.

b) Pode ser um instrumento de libertação, o qual vai dar a população meios de identificar e se manifestar sobre os assuntos que dizem respeito a toda sociedade e de se libertar da dominação.

Essas vertentes nos mostram que a educação pode estar a serviço do trabalhador ou do mercado. Estamos transportando para a escola o mundo de produção que temos hoje. Qual seria então o papel de uma educação popular progressista? Para Manfredi (1987, p.176)

caberia então à educação popular reinventar e/ ou incorporar à sua metodologia certos procedimentos que favorecessem o treino de certas habilidades (como, por exemplo: organizar e orientar debates, coletar e sistematizar informações, etc.) que preparem para uma participação autônoma e dirigente

A educação popular não tem pois o papel de compor simplesmente a força de trabalho para o mundo da produção capitalista, mas sobretudo, formar o cidadão capaz de participar de forma autônoma e consciente da vida social e política.

1.1.3 Formação do Trabalhador

A educação no Brasil sempre foi um meio elitista da classe dominante sobre o proletariado. Na maioria das vezes essa educação, principalmente de ensino médio, é somente para preparação de alunos no ingresso ao ensino superior, sem levar em conta as necessidades das classes menos favorecidas. É nesse ensino médio que observamos uma formação intelectual, com visão na formação para a cidadania. É aqui que a formação do trabalhador deveria ter início, mas o que vemos na maior parte das vezes é uma educação de qualidade levando em conta as camadas mais favorecidas em detrimento dos trabalhadores. Assim, produz-se um ensino médio e uma educação básica de qualidade somente, quase sempre, para as camadas mais privilegiadas da sociedade.

Na formação do trabalhador, a educação passa por duas vertentes diferentes e importantes: A primeira é a vertente da profissionalização. A escola nesse caso deve preparar esse aluno para o trabalho usando técnicas de que o mundo do trabalho necessita. A segunda é a vertente da intelectualidade. A escola nesse caso deve preparar o aluno para ser uma pessoa crítica, autônoma e capaz de lutar pelos seus direitos. É difícil ver essas duas vertentes sobre um mesmo ângulo, apesar de as duas juntas serem o essencial para a formação do cidadão consciente.

No contexto social atual, ainda encontramos uma divisão de classes muito grande, e ainda uma grande pressão do mercado sobre a mão-de-obra formada nas escolas e outras instituições educativas. Ainda vemos que na maioria das vezes a mão de obra é preparada somente para executar o trabalho sem questionar o que está fazendo, o porquê daquele trabalho e por que a pessoa executa o trabalho. Esse tipo de educação pode ser caracterizada como repressora e conformadora, evidenciando a grande distância entre as classes.

Se tivéssemos uma educação geral, acadêmica, formativa, intelectual para toda a população, mesmo na educação profissional e se essa educação fosse voltada para conscientização do papel do cidadão na sociedade, de como ele poderia mudar o rumo de sua vida, possivelmente teríamos um país mais justo e mais desenvolvido do ponto de vista social.

Mas é preciso ter em vista que a escola não pode ser a única ferramenta para esse processo.

As ciências que avançam na compreensão da cultura, do conhecimento, da socialização, da formação de valores, identidades e subjetividades parecem não ter dúvida de que essa tarefa não pode ser atribuída apenas a uma instituição, quer seja a escola ou a fábrica; e nem mesmo às duas. Há outras esferas societárias, outras relações, espaços e tempos onde nos formamos e deformamos como seres humanos. (...) As relações sociais na escola e na produção ganharão em complexidade se reconhecermos que a escola e a fábrica não são as únicas instâncias socializadoras e educativas (Arroyo, 1999, p. 33).

Temos que aprender que a escola é uma instituição que contribui para preparar o indivíduo para o trabalho e para a vida social. Isso ainda é difícil porque o próprio Estado não garante/incentiva esse tipo de formação intelectual, porque se a escola conseguisse ajudar na conscientização da população a respeito de sua força e importância na vida social, política e econômica, esse Estado que conhecemos hoje, possivelmente não existiria e, por isso, não observamos o interesse e esforço para uma educação efetivamente de qualidade para todos.

Mas apesar de tudo isso, a educação, nos últimos anos, está tomando um rumo mais voltado para a maioria da população, com incentivo para a formação profissional, tendo em vista a formação cidadã.

De qualquer forma, é fundamental repensar a escola que temos. Como afirma Arroyo (1999, p.40)

para repensar a teoria pedagógica, a didática, os currículos, a organização escolar na medida em que repõe a centralidade formadora e deformadora das práticas, dos rituais, das formas de interação dos educadores e educandos, das formas de relacionar-se com os objetos, os métodos e o conhecimento, de relacionar-se com os tempos e espaços. Repõe a centralidade educativa da materialidade e das relações sociais imperantes na escola, na fábrica e no cotidiano da família, da cidade, etc. Muitas propostas inovadoras de intervenção na escola têm como preocupação repensar a materialidade, as relações sociais, as estruturas que as objetivam a cultura que as legítima.

Tendo em vista a lógica da democratização dos saberes e dos conhecimentos historicamente produzidos, faz-se necessário, como afirma Arroyo, discutir a teoria pedagógica, a didática, os currículos e a organização escolar” Só assim, estaremos pondo em discussão a questão da formação, de modo a alterar as práticas, os rituais, as formas de interação dos educadores e educandos, constituídas ao longo séculos de exclusão social.

1.1.4 Movimentos Sociais, Trabalho e Educação

Os movimentos sociais no país são muito importantes para a democratização da sociedade. São esses movimentos que ajudam a conscientização das pessoas, faz com que as classes menos favorecidas possam ter condições de lutar pelos seus direitos.

Segundo Clímaco (2007), os movimentos sociais do país podem ser compreendidos da seguinte forma:

a) Movimentos sociais tradicionais - têm origem no mundo do trabalho. Havia muita formalidade, a existência de uma hierarquização, ação continuada e uma participação das massas sob estrito controle das direções. Projetam um novo tipo de sociedade como meta. Nesse caso o socialismo.

b) Movimentos sociais novos – sua origem não vem só do trabalho, são movimentos mais amplos e não tem proposta de sociedade. Possui pouca formalidade, ações descontínuas, escassa hierarquização e com participação massiva da população.

(...), há que se estabelecer algumas comparações entre velhos e novos movimentos sociais. A formalidade dos primeiros – aqui entendida como a existência de uma hierarquização, de uma ação continuada e de uma participação das massas sob estrito controle das direções, os afasta dos últimos, que se caracterizam por ações descontínuas, escassa hierarquização e, não raro, participações massivas. (CLÍMACO, 2007, p. 8)

Nos anos 1970 e 1980 encontramos os movimentos contra a ditadura e em prol da democratização, o sindicalismo (metalúrgicos do ABC e professores) e movimentos por melhores condições de vida. A partir dos anos de 1970 o Brasil se torna predominantemente urbano e os movimentos sociais funcionam como partidos políticos.

Muitas vezes indissociadas a face sindical, mostra os movimentos sociais como lutas de classes, como o dos professores, por exemplo. Esses eram movimentos que discutiam os rumos da educação com criação de fóruns e conferências nesse campo, como o caso das Conferências Brasileiras de Educação, que tiveram grande influencia na elaboração das novas políticas educacionais implementadas no governo Lula, iniciado em 2003.

1.1.5 O Terceiro Setor

No período de resistência à ditadura militar, emergiram, no Brasil, novas formas de organização civil, que atuavam na esfera pública, notadamente no campo da educação: as Organizações Não-Governamentais (ONGs) .

Elas são frutos, em geral, da auto-organização de cidadãos, e é por meio delas que as demandas não incorporadas pelos governos e pelas organizações tradicionais da sociedade civil. É chamado de terceiro setor, pois coexiste com o Estado e com o mercado e ocupa o lugar de mediador entre Estado e sociedade civil.

São divididas em :

- a) ONGs caritativas – tem estilo assistencialista e filantrópico;
- b) ONGs desenvolvimentistas – tem como proposta o desenvolvimento auto-sustentável, cooperativo e solidário;
- c) ONGs cidadãs – voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania;
- d) ONGs ambientalistas ou ecológicas – atuam no campo da preservação do meio ambiente e dos bens culturais.

Na década de 1990 as ONGs também passaram a atuar no campo da educação profissional de nível básico, sendo de grande importância, com programas que atendem a população, principalmente na área de jovens e adultos como, por exemplo, a Fundação Airton Sena. O processo de evolução das ONGs, todavia, levou muitas delas a buscarem sua sobrevivência por meio da venda de serviços aos governos federal, estaduais e municipais, o que certamente tem modificado sua natureza.

Segundo Manfredi (2002) duas dessas organizações se destacaram nessa área: o Movimento dos Sem Terra e o Projeto Axé.

O Movimento dos Sem Terra foi fundado em 1984 e se propunha lutar pela terra e pela reforma agrária. A ocupação passou a ser defendida como principal forma de luta, tendo como lema básico “terra não se ganha, se conquista”.

O projeto educativo do MST leva em conta a organização coletiva, a Terra, o trabalho, a cultura. Nesse movimento, a educação é entendida como processo de formação e de transformação humana por meio de uma pedagogia da luta social.

Pedagogia da luta social: o poder educativo da luta social é um princípio baseado na idéia de que o próprio movimento de luta, com suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas, é em si educativo e de que a capacidade de mudar e transformar é que humaniza o ser humano (MANFREDI, 2002, p. 221).

O Projeto Axé nasceu em 1990 articulado ao Movimento Nacional de Meninos de Rua. Eles negam as práticas assistencialistas e o voluntariado nos projetos sociais, as salas de aula são as praças e as ruas, a cultura e suas manifestações são os principais instrumentos para desenvolver os meninos e meninas a capacidade de sonhar, de acreditar na vida, a ética e os direitos humanos são práticas educativas e sociais, a esmola e a exploração da mão-de-obra infantil, substituída por educação e trabalho. Institucionalmente, o axé incorpora a psicanálise como um de seus referenciais teóricos.

(...) Os projetos educativos do MST e do Projeto Axé remetem-nos a concepções singulares de Educação, ainda que estas sejam portadoras de um substrato comum, no que diz respeito à visão de formação profissional. Esta é entendida como dimensão importante e significativa de um processo global – a formação humana -, referendado por princípios éticos, políticos e culturais, e não se restringe à mera preparação de mão-de-obra para o ingresso, a manutenção e a reinserção no mercado de trabalho (MANFREDI, 2002, p. 238).

A formação humana e não a formação profissional está na base dos projetos educativos dos movimentos sociais e progressistas, a exemplo do MST e do Projeto Axé. Eles nos ensinam a pensar numa formação integral do ser humano, tendo em vista sua emancipação social.

1.1.6 Educação e Trabalho

É por meio do trabalho que o homem supera sua condição de ser natural e se converte em ser social. Esse conceito nos leva a pensar como estamos realmente tratando o trabalho e como ele se tornou uma arma nas mãos capitalistas e, acima de tudo, como a educação está tratando essa necessidade primordial do ser humano. Será que nossa educação está ajudando na qualificação ou na desqualificação do trabalhador?

O capitalismo em que vivemos hoje, com a visão neoliberalista, sugere que implantemos métodos administrativos em nossa prática de ensino, dentro da escola. É como se

ela fosse uma grande empresa capitalista, a qual só visa a utilização do trabalhador para fins determinados, sem que este precise discutir (pensar), só executar as atividades no campo do trabalho, sem nem saber, na realidade, o que está fazendo e o que aquele trabalho vai formar no final da linha de produção.

(...) um importante aspecto da adoção de parâmetros neoliberais à gestão escolar que parece não ter merecido ainda a necessária atenção dos especialistas são os efeitos das novas práticas de gestão sobre a formação dos estudantes (PARO, 1987, p. 102).

Assim podemos indagar: se a educação é a constituição cultural de sujeitos livres, como podemos usar a palavra liberdade no meio capitalista liberal, se eles têm como característica principal o “mercado”? O capitalismo liberal, que vemos hoje, nos mostra que essa liberdade que tanto almejamos e orgulhamos é na realidade ditada pelo mercado regido pela classe dominante.

Vemos, em nossas relações de trabalho ou até mesmo nas relações sociais, a lei da selva vigorando, ou seja, os fortes dominam e devoram os mais fracos. No nosso caso, a lei do “mercado livre” nos faz agir “livremente” no mundo do trabalho para que possamos suprir nossas necessidades, que são impostas pelo consumo.

Entendida a educação como constituição cultural de sujeitos livres, é importante, quando se relaciona com o liberalismo econômico, perguntar-se a respeito do significado que o componente “liberdade” assume naquele conceito e nesta ideologia (PARO, 1987, p. 102).

Sendo a característica do homem criar valores, é o trabalho que faz o ser humano crescer e ser diferente do resto da natureza. É esse trabalho que nos faz sentir a verdadeira liberdade, a partir da colaboração e não da dominação.

Mas é justamente aqui, que o capitalismo, pelas leis do mercado, provoca uma ruptura entre trabalhador e obra (produto). Hoje, na maioria das atividades que realizamos nos diversos setores produtivos de nossa sociedade, não podemos perceber qual o objetivo e onde vai levar o nosso trabalho. São as especializações que o mercado nos impõe, é o fazer fragmentado, em pequenas partes, sem enxergar afinal o produto final do nosso trabalho. Isso faz com que percamos nossa identidade, porque assim não conseguimos perceber qual é a nossa verdadeira

função na formação do produto final de nosso esforço para mudar o meio em que vivemos, razão real do trabalho para o ser humano.

Para que o trabalho seja mediação para o bem viver, numa sociedade de humanos – ou seja, numa sociedade onde predomine a liberdade, não a necessidade – é preciso que estejam presentes as demais características que fundam a humanidade do homem, em especial a sua condição de sujeito, em relação de colaboração, e não de dominação, com os demais. Ora, como vimos, é precisamente isso que falta nas relações sociais que se dão sob o capitalismo (PARO, 1987, p. 107)

Esse modelo também acontece nas escolas. A educação que temos, hoje, é aquela que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho já com uma concepção totalmente propícia à dominação. Ela prepara um trabalhador “bitolado”, treinado a executar seu trabalho sem questionamentos. Para comprovar esse fato, podemos observar que educação, para a classe trabalhadora, ainda é sinônimo de status e que na maioria das vezes essas pessoas procuram na escola (educação) um meio de se alavancar no mundo do trabalho, isso não aconteceria se a escola realmente preparasse o trabalhador para o mundo do trabalho.

Mas o mais difícil na educação que vimos hoje é a própria forma como se coloca a gestão escolar. Ela implica nas pessoas uma grande concorrência entre elas, onde faz de cada indivíduo um agente fiscalizador e capaz de qualquer coisa para estar onde o outro está, aparecendo mais uma forma de subjugar os trabalhadores.

A partir da concepção de homem e de educação que vimos explicitando, à escola fundamental deve ser reservada a tarefa de contribuir, em sua especialidade, para a atualização histórico-cultural dos cidadãos. Isso implica uma preparação para o viver bem, para além do simples viver pelo trabalho e para o trabalho (PARO, 1987, p. 111).

Percebe-se assim que nosso mundo globalizado nada mais é que um mundo voltado para a força de mercado, a qual só se vê o capital como meta e nas mãos de poucos e esses poucos cada vez mais se desfazendo da classe trabalhadora, sendo contraponto os movimentos sociais, o qual tem grande papel na desmistificação do mundo do trabalho. E apesar de vermos que a educação também está a serviço desse mercado ela pode ser “um dos” instrumentos utilizados para um melhor esclarecimento dos trabalhadores através de práticas que não só visem o mundo do trabalho, mas também a formação intelectual do indivíduo, indo de

encontro com as idéias neoliberais as quais estão nos transformando em apenas peças na mão do mercado.

1.1.7 Educação Profissional

Segundo Oliveira (2007, p. 3), na instauração da Nova República, difunde-se um clima de democratização e de participação social que impactou o campo educacional, levando a promulgação da Lei 9394/96, segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

Essa LDB desvincula a Educação Profissional do sistema de Educação Nacional e, no seu artigo 40, possibilitou a articulação e não mais a integração, conforme ocorria, anteriormente.

O Decreto 2208/97 promoveu a reforma da Educação Profissional e determinou: a extinção da integração entre educação geral e profissional: a priorização das necessidades do mercado: o afastamento de Estado do custeio da educação: o fim da equivalência entre educação profissional e ensino médio. A portaria 646/97 determinou nos Cefet's, criados em 1978 com a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Cefet's, a expansão crescente da matrícula no ensino profissional e a drástica redução do número de matrículas, no ensino médio.

Mais recentemente, o Governo Lula tem promovido mudanças e expandido de forma significativa, a educação profissional, sobretudo, no âmbito dos Cefet's.

Em 2003, através da Portaria nº 3621 foi criado o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Ministério da Educação que visava estabelecer uma interlocução entre sociedade civil e o Estado.

Em 2004, a Secretaria de Educação Profissional Tecnológica lançou o documento “Proposta de Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica”, para: adequá-la ao mundo do trabalho; articulá-la à Educação de Jovens e Adultos.

Ainda em 2004, foi veiculado o Decreto 5154/2004 que possibilitou a volta à integração entre os ensinos médio e profissional. Além disso, Extinguiu o denominado nível Básico, substituindo, também, o questionado “ensino por módulos”, pelo “ensino por etapas”.

CAPÍTULO II

O PROEJA EM JATAÍ: A EXPERIÊNCIA DO CEFET/UNED JATAÍ.

O propósito deste capítulo é contar a história da implantação do proeja em Jataí, mostrar as dificuldades que a instituição encontrou com a implantação, evidenciar as resistências encontradas no curso que implantou o Proeja, no caso o Curso Técnico em Edificações e a opinião dos alunos matriculados no curso sobre o andamento do mesmo e quais suas perspectivas quanto ao futuro do curso.

2.1 A IMPLANTAÇÃO DA EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONCEPÇÕES E MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO

2.1.1 Histórico Geral

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja se deu a partir de 2005 com a Portaria do Ministério da Educação nº 2.080, a qual estabeleceu diretrizes para a oferta de educação profissional integrada com o ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. A partir dessa data iniciou-se intensa discussão através de fóruns de debates com todas as áreas que estavam envolvidas no projeto. Dessas discussões o MEC regulariza essa nova modalidade de ensino a partir do Decreto 5.840 de 2006 que diz que toda rede pública de ensino e sistema S, mantendo a obrigatoriedade para a rede tecnológica federal, a possibilidade de ofertar cursos na modalidade proeja com incentivo financeiro já em 2007 por volta dos 22 milhões de reais, sendo que a primeira proposta implantada foi a formação/qualificação de professores e gestores para atuar nessa modalidade através de cursos de especialização Proeja e a criação do núcleo de pesquisa sobre proeja (Pós Graduação stricto sensu).

Desse modo, o proeja surge como um novo recurso do MEC para formação profissional dos indivíduos que de uma forma ou de outra não tiveram oportunidade de escolarização na idade regular, além de promover a educação de jovens e adultos como

modalidade de ensino respeitada e valorizada pelo governo, ação que até então não encontrávamos dentro do Ministério da Educação.

Assim com a Port. Nº 5.840/2006, já a partir de 2007, todos os CEFETs já seriam obrigados a implantar o programa de Proeja em sua instituição, oferecendo pelo menos 10% de seu total de vagas para os referidos cursos dessa modalidade.

Isso causou nestas instituições um grande reboliço e grandes embates sobre quais cursos deveriam oferecer essa modalidade e como iria ser o procedimento adotado para capacitar o profissional para trabalhar com o público diferenciado que estava a ingressar nestas Unidades Educativas, mesmo com a já criada especialização, ainda existem muito poucos profissionais capacitados para abranger tamanha oferta.

Assim, inicialmente, as justificativas para não ofertar cursos destinados a Jovens e Adultos era a dificuldade de arrumar professores qualificados, a infra estrutura da escola que não estava acostumada com essa clientela e a própria clientela que apresentava um desafio para uma realidade acostumada a trabalhar com estudantes com nível de ensino mais auto.

No âmbito geral do CEFET – Goiás, segundo Vitorette e Castro (2008, p.3) mesmo o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 que possibilitou a volta da oferta da educação profissional integrada não conseguiu restabelecer ações contrarias aos princípios que atrelam a educação profissional e tecnológica do mercado, as qual se justificaria por meio da necessidade de se formarem trabalhadores para ajudar a enfrentar os desafios do crescimento econômico.

2.1.2 A Implantação da EJA Integrada a Educação Profissional no CEFET – GO Unidade Jataí

Com a obrigatoriedade do Decreto 5.840 de 13 de julho de 2006 na oferta da pelo menos 10% das vagas oferecidas serem na modalidade de PROEJA, em uma reunião, no mês de fevereiro de 2006, do conselho diretor da unidade de Jataí ficou estabelecido que a partir de maio de 2006 fosse de responsabilidade da coordenação do curso de Edificações – área de Construção Civil, a implantação do Curso Técnico em Edificações na modalidade de Proeja. Para tanto essa coordenação deveria estudar uma matriz curricular apta a este curso e por isso o curso técnico em Edificações subsequente entraria em extinção a partir daquela data. As discussões nessa coordenação deram-se de forma conturbada devido a obrigatoriedade do curso e a não aprovação

dos docentes da área técnica em questão. Esses professores alegavam que o curso não estava estruturado para tal situação. Mas mesmo com esses impasses, foi discutido uma matriz curricular que constava de um curso de 8 períodos com regime semestral, um curso noturno e no dia 6 de maio de 2006 iniciou-se a primeira turma do Curso Técnico em Edificações.

2.2 O PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES NA MODALIDADE PROEJA.

2.2.1 O Processo Seletivo

A entrada dos alunos para o curso Técnico em Edificações na modalidade de proeja se dá através de processo seletivo explicitado em edital próprio uma vez por ano, apesar de o curso ser de regime semestral, a entrada é anual. O edital desse processo seletivo oferece sempre 40 vagas para alunos com mais de 17 anos e que esteja fora da escola a pelo menos 2 anos ou que já tenham feito EJA de Ensino Fundamental. Há uma inscrição de candidatos e logo depois é realizado um sorteio. Entra os primeiros 40 alunos sorteados.

O primeiro processo seletivo foi realizado em abril de 2006 obtendo 23 candidatos, os quais todos ingressaram no curso que naquele ano ofereceria somente o 1º semestre da matriz curricular do curso.

2.2.2 O Perfil dos Alunos

No 2º semestre de 2008 existem 23 alunos regularmente matriculados no curso Técnico em Edificações na modalidade Proeja, essas são pessoas de faixa etária entre 22 e 54 anos, que estão fora da escola a pelo menos dois anos, sendo que cerca de 80% do total de alunos já estão fora da escola a mais de 10 anos. Possuem uma renda familiar média de 697 reais, possuem família com uma média de dois filhos por aluno e todos eles fizeram curso de ensino fundamental em escola pública, oito desses alunos fizeram EJA de Ensino Fundamental.

Esses alunos estão distribuídos no 2º período 13 alunos, no 4º período cinco alunos e no 5º período cinco alunos. Todos eles recebem uma bolsa de incentivo financeiro de 100 reais cada um para que possam frequentar as aulas. Não é observado para pagamento dessa bolsa o desempenho dos alunos e sim sua frequência diária nas aulas.

Durante esse trabalho foi feito um questionário com esses alunos onde verificou-se os motivos que levou essas pessoas a fazerem esse curso, quais suas expectativas quanto ao curso e sua formação profissional e os objetivos futuros de cada um deles.

Assim temos as tabelas abaixo

Por que fazer esse curso	
Motivo	Quantidade de alunos
Arrumar emprego melhor	5
Trabalhar na área	6
Insistência da família	5
Concluir Ensino Médio	7

Quais as suas expectativas com o curso	
Expectativas	Quantidade de alunos
Arrumar emprego melhor	8
Trabalhar na área	12
Abrir empresa	3

Como está sendo o Curso	
Avaliação	Quantidade de alunos
Ruim, precisa melhorar muito	2
Bom, mas precisa melhorar	2
Muito bom, mas muito puxado	18
Ótimo, excelente	1

Como está a formação profissional do curso	
Formação	Quantidade de alunos
Ótima, os professores são muito bem preparados	20
Boa, Alguns professores não apresentam grande interesse pelo curso	3

A profissionalização é importante no ensino médio	
Profissionalização	Quantidade de alunos
Sim, ajuda a ingressar no mercado de	23

trabalho mais cedo	
--------------------	--

Os objetivos com o término do curso	
Objetivos	Quantidade de alunos
Arrumar emprego melhor	12
Trabalhar na área	6
Ingressar no Ensino Superior	3
Concluir Ensino Médio	2

Observando as aspirações dos alunos podemos perceber que o curso produz nos alunos uma grande expectativa quanto a sua inserção no mercado de trabalho. Todos os alunos matriculados em pelo menos um dado momento explicita a vontade e a necessidade de ingressa no mundo do trabalho com maior qualificação profissional. Esse é o verdadeiro incentivo do curso. Mas como podemos constatar também, a grande evasão no curso pode estar ligado também a essa preparação para o trabalho. Os alunos com pouca qualificação escolar está encontrando dificuldades em acompanhar o ritmo do curso e a maioria deles desiste antes mesmo de passar pelo 1º período.

Outra preocupação que pode estar contribuindo com evasão é o tempo mínimo do curso. Mesmo Sendo na modalidade de Jovens e Adultos, esse curso tem duração de 4 anos mais um estágio curricular de 400 horas. Para pessoas com a faixa etária desses alunos isso se torna um problema a mais para o curso.

Já os pontos positivo, o incentivo financeiro é muito importante para a manutenção dos alunos em sala de aula. Mesmo sendo um valor não muito representativo, mas pra faixa de renda da maioria dos alunos essa bolsa pode fazer muita diferença. Além da bolsa o aluno do PROEJA ainda recebe auxílio saúde diferenciada, bolsa para monitores, acompanhamento psicológico e didático intensivos. Tudo isso como incentivo a prosseguir os estudos.

2.3 OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROEJA

2.3.1 Perfil

Os professores que assumiram as aulas do curso Técnico em Edificações na Modalidade Proeja podem ser divididos em dois grupos.

O primeiro grupo é o dos professores das disciplinas do núcleo comum, ou seja, as disciplinas que são comuns tanto para técnicos como para ensino médio puro, são as matemáticas, histórias, geografias, etc. Esses professores são em sua maioria professores da rede estadual de ensino que já estão habituados a ministrarem aulas em programas de Jovens e Adultos. São eles que conseguem elevar o nível de ensino dos alunos, que chegam tão baixos, devido a grande quantidade de tempo que esses alunos ficaram afastados da escola e que conseguem perceber as dificuldades de cada um individualmente. Esse grupo é formado por 6 professores, dos quais 4 deles são professores da rede estadual de ensino. Todos possuem Graduação nas áreas ministradas, são todos licenciados e conseguem promover um ensino de qualidade e acessível a todos os alunos do curso. Essa observação é feita através de palestras e atividades que acompanhamos no decorrer do curso e a observação em sala de aula e apresentação de trabalhos feitos pelos alunos nessas disciplinas.

O segundo grupo é dos professores das disciplinas técnicas. Esses são em número de 5, todos formados na área de Construção Civil, Temos três Engenheiros, um Arquiteto e o Coordenador do Curso que é um Pedagogo. Esses professores apresentam grande resistência a essa modalidade de ensino e grande dificuldade com o tipo de aluno matriculado no curso. A dificuldade pedagógica dos alunos é um grande problema para esses profissionais. Essas dificuldades são observadas devido a falta de experiência pedagógica que esses profissionais enfrentam, porque afinal, a formação deles não os prepararam pra esse tipo de realidade o qual estão enfrentando. Observando suas aulas podemos ver que a grande resistência desses profissionais nessa modalidade de ensino está muito próxima as suas próprias dificuldades em sala de aula, não por não terem capacidade, mas por ainda não terem a preparação necessária para essa atividade.

2.4 IMPACTO DO PROEJA NA UNED JATAÍ E AS MUDANÇAS NO CURSO DE EDIFICAÇÕES

O Proeja, dentro da instituição causou um grande reboiço de valores e metas que a escola deve seguir. Antes do Proeja era observado um ensino voltado exclusivamente para a formação profissional, e não a formação do cidadão como um todo, ou seja, um profissional pensante que pode mudar o seu mundo do trabalho. Grande culpa disso foi a dissociação do ensino técnico da educação geral, pelo Decreto 2208/97. Esse decreto fez com que as escolas técnicas deixasse a formação propedêutica de lado e só se preocupasse com a formação técnica. Houve ai um rompimento, que agora com a formação do Proeja, está se tentando resgatar.

Já no Curso de Edificações da unidade de Jataí o impacto foi muito maior devido a grandes transformações que ocorreram na implantação. A coordenação de Construção Civil foi “obrigada” a implantar um curso completamente novo, sem grandes estudos prévios e discussões na unidade, num prazo reduzido e com professores não capacitados para tal desafio.

Depois de três anos de andamento de curso, foi observado que mesmo com a grande evasão inicial o curso está caminhando, cada dia com mais profissionais adeptos a prática, mas que ainda precisam ser capacitados e encorajados, por que só assim o Proeja pode se transformar em política dentro dessa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar os desafios do Curso Técnico em Edificações na Modalidade de Proeja é uma tarefa que deveria ser tomada não só pela unidade de Jataí, mas sim por todo o Cefet Goiás, tendo em vista consolidar um processo de ensino-aprendizagem que possibilite maior apreensão de conhecimentos e saberes, bem como maior igualdade e efetivação de direitos sociais e humanitários do trabalhador. É nesse sentido que se deve lutar para transformar o Proeja em uma política institucional, com garantia de verbas públicas e apoio administrativo.

O estudo acerca do Curso Técnico em Edificações na Modalidade de Proeja, em Jataí, evidenciou que é de suma importância consolidar um ensino técnico integrado, o qual a instituição tem que oferecer, formando novos parâmetros e práticas educacionais que possibilitem o fortalecimento dessa modalidade de ensino. Trata-se, pois, de fortalecer a própria instituição, respaldando o curso Técnico em Edificações em suas deficiências e aspirações.

Temos que observar também que, como mostra a evolução da educação de jovens e adultos no Brasil, o incentivo que o governo Lula apresenta em sua gestão por meio do Proeja é um grande avanço, devendo ser consolidada como uma das políticas públicas mais significativas desse governo. Tal incentivo nos faz perceber a importância dessa modalidade de ensino, bem como quanto o país estava carente de uma política nessa direção, pois a população trabalhadora está cada vez mais carente de formação tecnológica e preparação para o mundo do trabalho.

No trabalho que se seguiu pudemos evidenciar muito a grande necessidade de cursos técnicos nessa modalidade de ensino. Há muito o que ser melhorado, como se pode ver por meio da percepção dos alunos que fazem parte desse curso na unidade de Jataí. Esses estudantes percebem a importância de uma preparação mais voltada para o mundo do trabalho, mas também conseguem ver a importância de uma formação básica de qualidade. Os alunos conseguem perceber como a diferença cultural e propedêutica pode ajudá-los na sua vida como um todo, adquirindo uma maior capacidade de argumentação e tomada de decisões no mundo do trabalho.

Observamos também que o curso Técnico em Edificações na modalidade Proeja possui pessoas que estão dispostas a trabalhar em seu fortalecimento e que apesar das dificuldades impostas pela área técnica, o curso tende a crescer. Isso se dá pela grande quantidade de pessoas que apresentam essa deficiência educacional e mais importante que isso é grande força de mercado que a construção civil apresenta; acredita-se, pois, que próprio mercado que deverá ser uma das fortes alavancas da estruturação definitiva do curso.

Esse estudo nos mostrou também que do ponto de vista formativo, mesmo com a grande resistência de parte dos professores, o curso apresenta um nível de ensino muito elevado, fato este que está possibilitando, antes mesmo do seu término, um grande aproveitamento intelectual dos alunos e um nível muito maior de aprendizagem. Mesmo com uma evasão significativa no 1º período, os alunos persistentes estão aproveitando o que o CEFET tem de melhor para oferecer, que é justamente a educação de qualidade e a estrutura de uma instituição

federal de ensino que, para essa região, é muito superior à maior parte das demais escolas de nível médio.

Assim observa-se que o curso está conseguindo ampliar a formação desses alunos de maneira mais completa com formação social, transformando esses alunos em trabalhadores cidadãos cuja competência técnica e política já se observa na vida dos alunos e no mundo do trabalho dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

CLÍMACO, Arlene Carvalho de Assis. **Movimentos Sociais, Trabalho e Educação – O Desafio da Democratização**. Goiânia, 2007. (digitado)

FERRETI, Celso J. e outros (Orgs). **Trabalho, Formação e Currículo – Para onde vão a Escola?** São Paulo: Xamã, 1999. (Arroyo e Victor Paro).

MANFREDI, Silvia Maria. **A educação Popular no Brasil: uma releitura a partir de Antônio Gramsci**. In: Brandão, Carlos Rodrigues. A questão política da Educação Popular. São Paulo, Livraria Brasiliense, 1987.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; CAMPOS, Fernanda Araújo Coutinho. **Políticas Públicas para a Educação Profissional: Governo FHC x Governo**. Minas Gerais: PUC – MG, 2007. Disponível em <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br> > Acesso em 30/07/2009.

VITORETTE, Jaqueline Maria Barbosa; CASTRO, Mad'ana Desiree Ribeiro de. **O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás: Uma análise a partir da implantação do curso Técnico em Serviços de Alimentação**. Disponível em <http://www.forumeja.org.br/gt18> > Acesso em 29/07/2009.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS – UNIDADE JATAÍ. **Projeto de implantação do curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Edificações na Modalidade de Jovens e Adultos**. Jataí, CEFET-GO, 2006.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. In **Educação e Sociedade**. Campinas, out. de 2005. Disponível em <http://www.scielo.org> > Acesso em 18 de junho de 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PROEJA**. Documento Base. Brasília, SETEC, agosto de 2007.

ANEXOS

Anexo 1

Questionário de pesquisa dos alunos do PROEJA – Jataí

Anexo 2

Matrizes Curriculares do curso Técnico em Edificações

ANEXO 1

Questionário de pesquisa Alunos do PROEJA – Jataí

Com este questionário pretendo compreender como foi a implantação do curso de PROEJA em Jataí, como está a evolução do curso e quais as expectativas dos alunos quanto ao curso, a profissão que estão estudando e o seu futuro como estudantes.

1- O que te levou a se candidatar a uma vaga nesse curso?

- 2- Quais são suas expectativas após a conclusão do curso, ou seja, o que você imagina que vai acontecer com você profissionalmente?**

- 3- Como você avalia o curso que está fazendo? (Destaque os elementos positivos e negativos, na sua opinião)**

- 4- Você acha que o curso está realizando uma boa preparação profissional? Por que?**

- 5- Você acha importante que os alunos sejam profissionalizados já no Ensino Médio ou isso deve ocorrer depois, no Ensino Superior? Por que?**

- 6- Quais são seus objetivos ao terminar esse curso?**

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL MODALIDADE PROEJA
CEFET-GO/Jataí

ÁREAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL (36 SEMANAS)								TOTAL SEMANAL	TOTAL HORA/AULA	TOTAL HORA/RELOGIO
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO				
		1º PER	2º PER	3º PER	4º PER	5º PER	6º PER	7º PER	8º PER			
LINGUAGEM E CÓDIGOS	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	2	2	2	2	2	2	2	2	16	288	216
	Língua Estrangeira (Inglês)	2	2	-	-	-	-	-	-	4	72	54
	Língua Estrangeira (Espanhol)	-	-	-	-	-	-	2	2	4	72	54
	Artes	-	-	2	-	-	-	-	-	2	36	27
	Educação Física	3	3	3	3	3	3			18	324	243
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	-	-	2	2	-	-	-	-	4	72	54
	História	-	-	-	-	2	2	-	-	4	72	54
	Filosofia	-	-	2	-	-	-	-	-	2	36	27
	Sociologia	-	-	-	2	-	-	-	-	2	36	27
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA	Física	4	4	4	2	-	-	-	-	14	252	189
	Matemática	4	4	4	4	-	-	-	-	16	288	216
	Química	2	2	2	2	-	-	-	-	8	144	108
	Biologia	2	2	-	-	-	-	-	-	4	72	54
SUB-TOTAL		19	19	21	17	7	7	4	4	98	1764	1323
CONSTRUÇÃO CIVIL	Informática Básica	2	2	-	-	-	-	-	-	4	72	54
	Iniciação Profissional	4	-	-	-	-	-	-	-	4	72	54
	Desenho Técnico	-	-	-	4	-	-	-	-	4	72	54
	Desenho Arquitetônico e Autocad	-	-	-	-	4	4	-	-	8	144	108
	Desenho Estrutural	-	-	-	-	-	-	-	4	4	72	54
	Perspectiva e Layout	-	-	-	-	-	-	4	-	4	72	54
	Topografia	-	-	2	2	-	-	-	-	4	72	54
	Materiais de Construção I	-	-	-	-	4	-	-	-	4	72	54
	Materiais de Construção II	-	-	-	-	-	4	-	-	4	72	54
	Resistência dos Materiais e Estruturas	-	-	-	-	4	4	4	-	12	216	162
	Instalações Elétricas	-	-	-	-	-	-	-	4	4	72	54
	Instalações Hidro-sanitária e Incêndio	-	-	-	-	-	-	6	4	10	180	135
	Construção Civil I	-	-	-	-	-	4	-	-	4	72	54
	Construção Civil II	-	-	-	-	-	-	4	-	4	72	54
	Mecânica dos Solos	-	-	-	-	4	-	-	-	4	72	54
	Planejamento e Ética na Construção Civil	-	-	-	-	-	-	-	4	4	72	54
	Higiene e Segurança do Trabalho	-	4	-	-	-	-	-	-	4	72	54
Orçamento e Planejamento	-	-	-	-	-	-	-	4	4	72	54	
SUB-TOTAL		6	6	2	6	16	16	18	20	90	1620	1215
Total		25	25	23	23	23	23	22	24	188	3384	2538
Estágio	Estágio Supervisionado									533	400	
Total + Estágio										3917	2938	